

## DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: PARÂMETROS PARA A COMPREENSÃO DA CRISE EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Ana Elise Cardoso Inácio<sup>1</sup>

*Sumário: 1. Introdução. 2. Um Resgate a História do Ensino Superior. 3. Educação e Política: uma Relação em Crise. 4. Educação e Democracia: Parâmetros para uma Compreensão da Crise Universitária. 5. Considerações Finais. 6. Referências.*

### RESUMO

Tendo em vista que a educação é um direito fundamental e consta como tal no ordenamento jurídico brasileiro, pressupõe-se que a mesma deveria abranger toda a sociedade, proporcionando oportunidades aos cidadãos em ter um país mais democrático. Percebemos, porém que tais questões são mais bem desenvolvidas no papel do que na prática, já que a realidade do ensino brasileiro é bastante defasada e com problemas como a qualidade, eficácia e eficiência do ensino. Tendo como foco tais problemáticas esse artigo propõe um diálogo e uma discussão sobre a crise do ensino superior brasileiro. Tal problemática está diretamente vinculada a questão da democracia, já que a educação e o ensino de qualidade acabam proporcionando melhorias em demais campos sociais que vão desde a saúde pública a questões do exercício efetivo da democracia através do voto.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação – Linha Educação e Movimento Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em História pela mesma universidade (UFSC). Acadêmica do 5º período do curso de Administração de Serviços Públicos – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

## PALAVRAS-CHAVE

Democracia; Educação; Ensino Superior.

## ABSTRACT

Given that education is a fundamental right and is as such in the Brazilian legal system, it is assumed that it should cover the whole of society, providing opportunities for citizens to have a more democratic country. However the issues are best developed on paper than in practice, since the reality of teaching is very Brazilian and defasada with problems such as quality, effectiveness and efficiency of education. The article proposes a dialogue and one discussion on the Brazilian crisis of higher education. This issue is directly linked the issue of democracy, because education and teaching must bring quality improvements in other social fields ranging from health issues until effective exercise of democracy by voting.

## KEY-WORDS

Democracy; Education; Higher Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Consta em nosso ordenamento jurídico, na carta magna de 1988 que a Educação é um direito de todos e um dever do Estado. Está frase vem carregada de vários desdobramentos e realidades. Sabemos que teoricamente temos em nossa constituição nos Direitos Fundamentais do Cidadão acesso ao ensino público e gratuito no país, porém na prática, essa teoria muda de configuração e apresenta uma realidade diferente dos aspectos que a carta magna visa atingir.

Dessa maneira podemos observar diversas realidades no Brasil, indo do contraste do ensino do sul e sudeste do país, as escolas e os problemas em regiões como as do nordeste brasileiro. Obviamente, a questão da educação é permeada também além desses inúmeros contrastes no ensino, por problemas como os de infra-

estrutura, qualidade e desvalorização do corpo docente. Todas essas questões aqui apresentadas refletem também no ensino superior do país, torneado por falta de qualidade em alguns centros de ensino e também, falta de vagas e oportunidades aos cidadãos que desejam ingressar no ensino superior do país. Observando tais questionamentos, não podemos deixar de vincular o ensino e a educação, da democracia. Ambos caminham juntos, um país efetivamente democrático, aposta em seus cidadãos, trazendo a estes oportunidades, principalmente relacionadas ao ensino. Um país que prioriza a qualidade na educação acaba por sua vez gerando outros desdobramentos e conseqüências, como melhorias na qualidade de vida, na saúde, no lazer, no transporte e também na qualidade ao acesso a cidadania máxima através do voto consciente. Um povo que tem acesso ao ensino e a educação, acaba escolhendo seus representantes de uma maneira efetivamente consciente que por sua vez viabiliza e proporciona ações de cunho democrático no país.

Sendo assim, o ensino além de trazer melhorias individuais aos cidadãos, proporciona soluções a problemas sociais e nos leva ao progresso científico. Tendo em vistas tais questionamentos, esse artigo trará um diálogo sobre o ensino superior e conseqüentemente sobre os reflexos deste na democracia no país. Abordando principalmente a crise no ensino superior brasileiro e o difícil acesso a esse mesmo ensino no país.

## 2 UM RESGATE A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

Sistemas de ensino superior são por excelência modernos. Porém, as universidades começaram a se concretizar como tal entre os séculos XVI e XVII. Nesse período a Europa testemunha o surgimento de uma nova forma de viver e pensar. A sociedade européia tinha se organizado em torno da supremacia divina, com a representação dessa supremacia pela igreja. Esse jogo de hierarquias sociais garantia e legitimava o conhecimento e as classes sociais, sendo o azul do sangue aristotélico tão absoluto e sagrado como o saber canônico dos doutores e dos mestres das universidades. (Magalhães, 2004).

*Não se pretende descrever a idade média através do clichê iluminista dos mil anos de trevas, mas antes enfatizar que a razão e o conhecimento são desenvolvidos pelos pensadores, doutores e mestres escolásticos que tinham como principal objetivo o suporte e o aumento da fé, dado que eram concebidos de uma forma coerente com o paradigma medieval: a razão era um instrumento da verdade, mas*

*não era em si verdade. São Tomás de Aquino, por exemplo, assumiu que, no caso de conflito entre as verdades demandadas da razão humana e as da fé, eram estas últimas que deveriam ser assumidas como critério, a razão deveria ela própria conformar-se a partir da fé, pois esta era uma forma superior de conhecimento, derivada da vontade do intuito de aceitar aquilo que cria.<sup>1</sup>*

As primeiras universidades com tal foram desenvolvidas no período medieval. Nessas universidades pode-se destacar “A *quaestio disputata*”, como um dos fatores de essência das universidades medievais. A *quaestio disputata*, se insere na essência da educação escolástica, como uma forma de não somente estudar pela exposição dos grandes livros, mais também entender as grandes idéias examinadas criticamente pela disputa.

A verdade na *quaestio disputata*, não significa tomar uma posição e defendê-la de modo que se chegue ao esgotamento e a uma verdade absoluta. Mais sim apresentá-la, contrapô-la e por fim trazer o surgimento de uma tese ou espécie de solução, que em si não é esgotada. “A disputa com toda a grandeza de um confronto real – dá-se no elemento do diálogo. Este ponto decisivo é hoje, para a universidade, mil vezes mais importante do que pode ter sido alguma vez para a universidade medieval”.<sup>2</sup>

Como se pode observar, já no período medieval se têm elementos nas universidades como a *quaestio disputata*, que se transpuseram e continuaram através do tempo.

*Em muitos aspectos centrais as nossas universidades contemporâneas são muito semelhantes às suas predecessoras medievais: estudiosos mais velhos gastam grande parte do seu tempo a ler livros e a falar com jovens transmitindo-lhes conhecimentos em grandes anfiteatros ou falando-lhes de um modo mais informal em seminários em salas menores, junto de coleções de livros. Estes professores-mestres e doutores, tal como no século XVIII-estão organizados em grupos de especialistas em torno de dados corpos de conhecimento ou de práticas profissionais, em lugares que ainda são chamados “faculdades”, os departamentos vieram depois.(...) como seus antecessores de há 800 anos, os estudantes recém-entrados têm de mostrar de alguma forma que estão preparados*

<sup>1</sup> MAGALHÃES, António M. **A identidade do ensino superior: política, conhecimento e educação numa época de transição**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.Pg.37-38.

<sup>2</sup> AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pg.5.

*para começarem os seus estudos superiores, e a finalização com sucesso desses estudos são ainda atribuídos graus para o que a universidade está especialmente autorizada pela carta que lhe foi atribuída (...). As universidades são ainda governadas por uma guilda de professores, mestres e doutores com um reitor a presidir sobre a instituição e a gerir as suas relações com o seu meio ambiente e as suas fontes de apoio.*<sup>3</sup>

Além das formalidades e das hierarquias dentro das universidades medievais, podemos trazer para as universidades contemporâneas a presença desse diálogo ou de uma espécie de *quaestio disputata*. Essa hoje vai além de olhar a discussão de um determinado assunto, mais se trata muitas vezes de uma questão de poder. Essa espécie de diálogo apresentá-se também na heterogeneidade de pensamentos, correntes e gêneros dentro das universidades. Mais do que uma questão de disputa se tem uma crise, por exemplo, de pensamentos quando nos remetemos atualmente a falar em greve nas universidades públicas. Nesse sentido, despontam dentro da própria universidade visões divergentes de lutas e maneiras de se buscar soluções. Esse ponto, por exemplo, apresentá-se como uma crise na tentativa de se buscar um bem comum à todos, docentes e discentes. Exemplos não faltariam, muitas outras questões de divergências e falta de um diálogo efetivo, poderiam ser exemplificadas nos diversos departamentos e cursos nas universidades, sejam elas públicas ou particulares. Não se trata de por em questão a importância do diálogo, disputas e visões diferentes. Por sinal, essas diferenças são construtivas na medida que se trocam conhecimentos. Trata-se sim de uma crise de poder e de disputas de quem tem mais influências dentro das universidades.

### 3 EDUCAÇÃO E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO EM CRISE

A crise na educação se tornou já há algum tempo um problema político de primeira grandeza. Os meios de comunicação em massa não casam de constantemente divulgar exemplos de descaso no ensino, seja ele superior, médio ou fundamental. De fato é cômodo considerar a crise apenas como um fenômeno local e sem conexão com questões socioeconômicas mundiais. Se essa informação tornasse consolidada, certamente não teríamos um sistema escolar ligado a problemas políticos não só locais mais nacionais e internacionais.

---

<sup>3</sup> MAGALHÃES, 2004, pg. 45.

*Embora a crise na educação possa afetar todo o mundo, é significativo o fato de encontrarmos sua forma mais extrema na América, e a razão é que, talvez, apenas na América uma crise na educação poderia se tornar realmente um fato na política. Na América, indiscutivelmente a educação desempenha um papel deferente e incomparavelmente mais importante politicamente do que em outros países. Tecnicamente, é claro, a explicação reside no fato de que a América sempre foi uma terra de imigrantes; como é óbvia, a fusão extremamente difícil dos grupos étnicos mais diversa – nunca completamente lograda, mas superando continuamente as expectativas- só pode ser comprida mediante a instrução, educação e americanização dos filhos de imigrantes.*<sup>4</sup>

Hannah Arendt apresenta sua argumentação baseada em seus estudos nos Estados Unidos da América. Porém na América latina, mais precisamente no Brasil, a educação está constantemente influenciada pela política. Passamos, por exemplo, influenciados quando na era Vargas as escolas de imigrantes principalmente Alemães do sul do país, tiveram que se submeter por motivos políticos internacionais, a proibição do ensino e fala da língua Alemã materna. Poderia também ser citado como exemplo a rigidez educacional imposta, sobretudo por decretos no período militar. Onde o ensino foi submetido a censura e repressões políticas.

A educação hoje no país continua também ligada a interesses políticos. Em níveis superiores, essa tendência vai desde a escolha do reitor até a forma de ingresso na universidade, o que acaba indo de encontro a busca da democracia. Há nesse sentido, ingressar na universidade, uma relação muita além de igualdade perante a lei. Há uma questão de igualdade de oportunidades, um direito cívico inalienável. *“Assim, o que torna a crise educacional na América tão particularmente aguda é o temperamento político do país, que espontaneamente peleja para igualar ou agradar tanto quanto possível as diferenças entre jovens e velhos, entre dotados e pouco dotados, entre crianças e adultos e, particularmente, entre alunos e professores”*<sup>5</sup>.

A educação aparece em nossa constituição um direito alienável de todo o cidadão, porém o que ocorre são crises ou problemas que em níveis superiores, por exemplo, vai mais além. São problemas ligados diretamente á política, onde caberiam inúmeros exemplos. Dentre estes exemplos à falta de vagas no ensino superior no país,

---

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectivas, 1992, pg. 223.

<sup>5</sup> ARENDT, 1992, pg.229.



a dificuldade de se conquistar uma vaga no ensino público; pelo governo num todo. E por último a visão mercadológica que atingiu o ensino privado no país.

Diz Hannah Arendt que a educação está entre as atividades mais elementares e necessários da sociedade humana se renovando continuamente através do nascimento e da vida de novos seres humanos. Constantemente novas pessoas, novas teorias e novos argumentos são inseridos aos velhos paradigmas. Arendt apresenta a importância de se ter um retorno como forma de proteção. Um lugar privado onde se retorna do mundo exterior. Esse lugar seguro e privado ligam-se também a atividade e da influência da vida pública e política. Arendt aponta que pode ocorrer uma distribuição de responsabilidades. *“A perda geral da autoridade, de fato, não poderia encontrar expressão mais radical do que sua instrução na esfera pré-política, em que a autoridade parece ser ditada pela própria natureza e independente de todas as mudanças históricas e condições políticas”*<sup>6</sup>.

A educação seja ela superior ou não é sempre direcionada para um mundo. Um mundo que politicamente tem tendências e objetivos, um mundo competitivo. As problemáticas educacionais estão, sobretudo por natureza, inseridas em um contexto que não pode abrir nem mão da autoridade e nem da tradição. O papel das pessoas que são ligadas diretamente ou indiretamente pela educação é de acordo com Arendt separar a educação, sobretudo da vida pública e política. Nesse ponto acredito que a política tem que ser feita sim para a realização de direitos e deveres educacionais. Porém as influências deveriam para por ai, não continuar em questões amplamente difundidas como a crise nas universidades públicas.

#### 4 EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: PARÂMETROS PARA UMA COMPREENSÃO DA CRISE UNIVERSITÁRIA

Ao focalizarmos declarações de líderes e governantes em todo o planeta, um dos quesitos mais importante na cultura ocidental é a democracia. Assim, desde que foi concebida, a democracia vem servindo de bandeira não só para a autodeterminação dos povos, mas também para outras dezenas de milhares de atrocidades. No âmbito da universidade pública não é diferente. A dita democracia pouco serve para equilibrar as forças. Ao contrário, presta-se muito mais a escamotear a dominação, o preconceito e a discriminação.

---

<sup>6</sup> ARENDT, 1992, pg. 241.

Esse conceito formalista de democracia, envolvido por pretensões burguesas e representativas, também se explícita dentro das universidades. Como exemplo, podem-se incluir as relações de poder que se estabelecem nas eleições dentro das universidades. Embora se tenha uma participação efetiva na escolha de representantes, dentro das universidades, continua-se muitas vezes com influências externas nessas decisões, como a política explicitada anteriormente. John Dewey apresenta um conceito de sociedade democrática:

*Uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aguilhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas de vida associada. Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direção sociais e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais sem o ocasionamento de desordens.*<sup>7</sup>

A educação é formadora do espírito, sua função social vai além da direção e do desenvolvimento dos imaturos, por meio de um direito adquirido na participação na vida de uma determinada comunidade. Democracia e educação caminham lado a lado, um governo, por exemplo, que se fundam no sufrágio popular não pode ser eficiente se aqueles que o escolhem e são governados não tiverem educação. Ainda com John Dewey:

*Não basta fazer-se que a educação não seja ativamente como instrumento para facilitar a exploração de uma classe por outra. Asseguram-se as facilidades escolares com tal amplitude e eficácia que, de fato, e não em nome somente, se diminuíam os efeitos das desigualdades econômicas e se outorgue a todos os cidadãos a igualdade de preparo para suas futuras carreiras. A realização deste objetivo exige não só que a administração pública proporcione facilidades para o estado e complete os recursos da família para que os jovens se habilitem a auferir proveito dessas facilidades, como também uma tal modificação das idéias tradicionais de ensino e disciplina, que se possam manter todos os jovens sob influencia educativa até estarem bem aparelhados para iniciar as suas próprias carreiras econômicas e sociais.*<sup>8</sup>

<sup>7</sup> DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Nacional, 1959, p. 67.

<sup>8</sup> DEWEY, John, 1959, p. 89.



Com o auxílio desses pressupostos fica explícita a relação existente entre educação e democracia. Ao nos remetemos realidade brasileira, onde o país diz-se democrático, trazemos problemas educacionais que vão de encontro a essa democracia. Como falado no item anterior desse artigo, nossa educação ainda está envolvida com políticas e, sobretudo está sobre influencia desta. Primeiramente a porcentagem dos que chegam ao ensino superior é bastante restrito, por ai já se tem uma noção de que vivemos num país com uma carta constitucional democrática, mais que, porém não abrange essa democracia a todos de forma igualitária.

*A universidade é uma instituição social que exprime e reflete de modo historicamente determinado, a sociedade em que está inserida. Ela configura e dá forma às relações sociais, mas também são configurados por elas, pelos embates políticos e pelas disputas acadêmicas que atravessam e determinam o lugar social em que existe. Portanto, a sociedade brasileira em geral e a universidade em particular ainda carregam as marcas do colonialismo escravista, da cultura senhoril do patrimônio e de suas relações clientelísticas e de favor. Dessa forma, nossas universidades são predominantemente marcadas pelo domínio do mundo privado sobre o mundo público, do interesse particular sobre o coletivo, da hierarquia familiar sobre a ordenação cidadã, da amizade sobre o bem comum. Mas é preciso frisar que não se trata de uma permanência extemporânea, já que esses traços do “Brasil arcaico”. Continuam sendo, hoje, eficazes instrumentos de poder, da perpetuação e conservação de grupos políticos, tanto quanto de mecanismos para a ascensão social às esferas de comando.<sup>9</sup>*

A crise educacional, sobretudo a universitária, que trata esse artigo, vem de um reflexo do sistema governamental vigente. Nossos conflitos são a continuidade e o acúmulo de problemáticas não resolvidas. Trazemos traços ainda hoje arcaicos, no sentido de que ainda prevalecem as relações aristocráticas, ainda expulsamos socialmente a maioria, privamos muitos de direitos que em tese são democráticas, e são dirigidas a todos. Enquanto continuarmos acumulando as problemáticas e não buscarmos a solução efetiva, esse abismo existente entre os que tem acesso a educação e os que não tem será cada vez maior, mais problemático e longe das camadas que precisam de ensino de qualidade.

---

<sup>9</sup> DEWEY, John, 1959, p. 112.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que efetivamente democracia e educação andam juntas e acabam comprovando isso na realidade educacional, econômica e social que contrasta países como o Brasil de países desenvolvidos como a França e Alemanha. Assim o ensino e a educação são completamente ligados a outras questões sociais no país e refletem consideravelmente nesses temas, como transporte, lazer, saúde e cultura.

Todos esses questionamentos nos fazem observar que embora todas as políticas feitas pelos governos para melhorar o ensino do país, ele encontra-se ainda em crise. Poderiam ser citados vários aspectos dessa crise, mais destaque, a falta de vagas nas universidades públicas e a dificuldade encontrada a dar continuidade do ensino aos estudantes de baixa renda. Além dessa falta de vagas e do ensino médio defasado, os alunos de baixa renda que passam para o ensino superior em universidades particulares têm como um dos problemas a dificuldade em pagar as mensalidades.

Como se vê existem muitas contradições no ensino superior brasileiro e também diversas problemáticas. Essas contradições vêm, constituídas pela palavra *oportunidade*. Mesmo como falado, do aumento de projetos do governo para estimular o crescimento do número de jovens na universidade como o caso do Prouni<sup>10</sup>, e da cotas para negros implantadas em muitas universidades públicas, os procedimentos e projetos não são suficientes ou capazes de reverter esse quadro. Faltando possibilidades dessa juventude conquistar democraticamente um local mais qualificado no mercado de trabalho através do seu amadurecimento e da conquista do diploma universitário.

## 6 REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARENDR, Hannah. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

---

<sup>10</sup> O ProUni – Programa Universidade para Todos, criado pelo governo brasileiro e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Nacional, 1959.

MAGALHÃES, Antonio M. **A identidade do ensino superior**: conhecimento e educação numa época de transição. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

OLIVEIRA FILHO, Delamare de. **Vestibulares**: O difícil acesso ao ensino superior no Brasil. 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCHLICHTING; Ana Maria Silveira. **Acesso ao ensino superior**: Uma nova página e múltiplos olhares – Estudo de caso do sistema de avaliação do ensino médio (SAEM). 2002. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA; Francisco Jacob Paiva da. **A reforma universitária brasileira dos anos 90**: Projetos em disputa. 1999. 255f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RAMPINELLI, Walter José (org). **Universidade**: a democracia ameaçada. São Paulo: Xamã, 2005.

VAHL, Teodoro Rogério. **A privatização do ensino superior no Brasil**: Causas e conseqüências. Florianópolis: Lunardelli, 1980.